



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

GREVE DO MAGISTÉRIO

Mais uma tentativa de acerto

Novo encontro entre professores e governador para decidir as reivindicações da categoria pode acontecer hoje, na Capital

(DC, Geral, p.26)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 30/6/11



CLIPPING

| | | |
|---|-----------------|---------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Geral | Data: 30/6/11 |
| Assunto: Greve do Magistério – Mais uma tentativa de acerto | | Página: 26 |

GREVE DO MAGISTÉRIO

Mais uma tentativa de acerto

Novo encontro entre professores e governador para decidir as reivindicações da categoria pode acontecer hoje, na Capital

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Depois de ser cancelada ontem, a reunião entre governo e professores pode ser marcada para hoje. Isso vai depender do resultado do encontro do governador Raimundo Colombo com o grupo gestor, nesta manhã, na Capital.

A expectativa é que desta reunião possa sair uma decisão sobre as reivindicações dos docentes. Um novo encontro entre governo e repre-

sentantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) não foi confirmado pelo governo.

– Qualquer movimento a partir de agora terá que ser feito com cautela. É difícil dizer o que pode acontecer amanhã (*hoje*). É melhor aguardar o encontro com o grupo gestor – ressaltou o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps.

Ele ainda explicou que a reunião de ontem foi cancelada, porque integrantes do governo preferiram esperar o retorno do governador, que estava em

viagem no Extremo-Oeste, chegou ontem à noite a Florianópolis.

– Qualquer reunião, antes da volta do governador, seria prematura. Temos que conversar com ele para saber qual será a postura do governo a partir de agora – observou Deschamps, que esteve reunido com o grupo gestor analisando as reivindicações do sindicato. A coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin, também aguardava, até a noite de ontem, a confirmação de um novo encontro:

– Acredito que só amanhã (*hoje*) de

manhã saberemos se vai acontecer.

Na reunião de terça-feira entre Sinte e secretário-adjunto, foi proposto que o governo fizesse a recomposição da tabela salarial dos docentes até abril de 2012. Antes, os grevistas pediram que isto fosse feito até final deste ano. Os professores ainda querem a manutenção dos valores da regência de classe – uma gratificação sobre o salário-base, reduzida na última proposta feita pelo governo. O Estado argumenta que caso mantivesse os antigos percentuais de 25% e 40%

sobre o salário-base, seriam gastos R\$ 35 milhões a mais por mês. Com a proposta atual, são gastos R\$ 22 milhões, o que ainda pode ser bancado.

O secretário da Fazenda, Ubiratan Rezende, já argumentou que não há mais dinheiro para atender os professores, porque ultrapassaria o limite legal que o governo poderia pagar. Além disso, se outra categoria reivindicar aumento, o governo não teria como atender.

julia.antunes@diario.com.br



CLIPPING

| | | |
|---|-----------------|---------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Geral | Data: 30/6/11 |
| Assunto: Greve do Magistério – Mais uma tentativa de acerto | | Página: 26 |

Juiz manda pagar dias parados

O governo não pode mais descontar os dias parados dos professores em greve. Esta foi a decisão do juiz Hélio do Valle Pereira, divulgada, ontem, em relação à ação ingressada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação, na semana passada. Ele também determinou que seja rodada, em até três dias, uma folha suplementar pagando o que foi descontado até então – de 19 de maio a 10 de junho. A procuradoria-geral do Estado irá recorrer da decisão.

Como o Estado já foi notificado, os prazos estão valendo. O procurador-geral do Estado, Nelson Serpa, irá recorrer, hoje, no Tribunal de Justiça (TJSC). Depois de protocolado o recurso, o tribunal pode negar a liminar ao Estado, conceder ou ainda pedir que o Sinte se manifeste.

O recurso não tem efeito suspensivo. Por enquanto, o Estado preci-

sa pagar os dias descontados em até três dias.

Apenas se o TJSC aceitar o recurso do Estado antes deste prazo, não será preciso rodar a folha suplementar.

– Entendemos que se houver a devolução do dinheiro, não haverá reposição de aulas e os maiores prejudicados serão os alunos. Isso seria um prejuízo irreparável para eles – observou Serpa.

O advogado do Sinte, Marcos Rogério Palmeira, acha difícil que a liminar seja concedida ao Estado em até três dias.

– Não devemos ter esse retorno tão rápido. Também não acredito que o Tribunal irá aceitar o pedido do governo – observou.

Para a coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin, a decisão foi uma vitória.

– Ela só veio mostrar que a nossa greve é legal – ressaltou.

ELIVANE SECCHI
Coordenadora regional do
Sinte de Palmitos



Só vamos sair daqui quando o governo atender nossas reivindicações. Não aceitamos perdas de direito e queremos que ele mostre como irá pagar o nosso piso na carreira.

NELSON SERPA
Procurador-geral do Estado



Entendemos que se houver a devolução do dinheiro, não haverá reposição de aulas e os maiores prejudicados serão os alunos. Isso seria um prejuízo irreparável para eles.



CLIPPING

| | | |
|---|-----------------|---------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Geral | Data: 30/6/11 |
| Assunto: Greve do Magistério – Mais uma tentativa de acerto | | Página: 26 |



Acampamento com frio e chuva

Mesmo com chuva e mínima de 13°C previstas para hoje, os cerca de 80 professores acampados em frente ao prédio da Secretaria de Estado da Educação (SED) e à Assembleia Legislativa, em Florianópolis, prometem continuar dormindo nas barracas até que o governo apresente uma nova proposta.

Os docentes acampados em frente à Assembleia tinham dormido no local na semana passada e retornaram nesta segunda-feira. Eles são da região de Itajaí. Os professores em frente à SED chegaram na terça-feira, com representantes de várias regiões do Estado.

– Só vamos sair daqui quando o governo atender nossas reivindicações. Não aceitamos perdas de direito e queremos que ele mostre como irá pagar o nosso piso na carreira – disse a coordenadora regional do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) de Palmitos, Eliva-

ne Secchi, responsável pelo acampamento em frente à secretaria.

Os professores acampados contam com ajuda de colegas de Florianópolis. Elivane ainda disse que eles receberam muito apoio da população. Algumas pessoas que passaram em frente ao acampamento, ontem, aplaudiram os docentes.

A professora Zenaidé Schmitz é de São Carlos e não está intimidada com o frio. A preocupação dela é atualizar seus colegas sobre o movimento.

– Tô acostumada com o frio do Oeste, chega a fazer temperatura negativa – observou.

Um professor prometeu entrar, hoje, com um pedido de impeachment contra o governador Raimundo Colombo, na Assembleia Legislativa.

Elvis Jocenir de Sousa é de Florianópolis e alegou que o governo não cumpre a lei nacional do piso e, por isso, estaria agindo ilegalmente.



CLIPPING

| | | |
|-----------------------------|--------------------------|---------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Moacir Pereira | Data: 30/6/11 |
| Assunto: Diversos | | Página: 3 |

Dilemas de Colombo

O governador Raimundo Colombo reúne-se esta manhã com o grupo gestor para tratar de novos encaminhamentos sobre a greve dos professores. Antes do exame de propostas ou medidas do governo, terá a missão de uniformizar a posição oficial para dar seguimento às conversações com o comando de greve. É fato que o Sinte encaminhou duas negociações com o secretário adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, com propostas ajustadas na cúpula que acabaram rejeitadas pelas assembleias regionais. Verdade, também, que agora o núcleo do poder estadual também não está se entendendo.

Há duas questões delicadas que exigirão, hoje, avaliação do governador: 1. Os desdobramentos jurídicos da liminar concedida pelo juiz Hélio do Valle Pereira, da Unidade da Fazenda Pública da Capital, dando três dias ao governo, a partir desta quinta-feira, para devolver aos professores grevistas os descontos nos contracheques pelos dias parados. Em conversa com o procurador-geral do Estado, Nelson Serpa, o governador autorizou recurso no Tribunal de Justiça para tentar cassar a decisão. É uma situação complexa. Se tiver êxito, o governo provoca nova ira dos professores que tiveram redução salarial. Inexistindo manifestação do tribunal até o terceiro dia, os descontos deverão ser creditados.

E, no pior cenário para o governo, confirmada a liminar, a derrota reanimará os grevistas. 2. Há opiniões conflitantes no centro do poder. O grupo gestor, integrado por Nelson Serpa, Antônio Ceron, Derly Anunciação, Milton Martini e Ubiratan Rezende, está agora batendo de frente com a área parlamentar. O secretário da Fazenda ficou mais flexível em relação à recuperação da gratificação por regência de classe dos professores. Neste avanço, conquistou aliados na Assembleia. Mas outros membros do grupo reagiram. Os desencontros explicam o conteúdo da reunião entre o secretário adjunto, Eduardo Deschamps, e o comando de greve. Teve uma hora de duração, mas o adjunto apenas ouviu. Fácil explicar: não tinha credenciais para negociar e sabia das restrições do grupo gestor.

ORFANDADE

Para se ter uma ideia da desarticulação, o secretário da Educação, Marco Tebaldi, encontrava-se em viagem pelo Oeste, acompanhando o governador, e ignorava o teor das negociações. E também os novos caminhos seguidos entre grevistas e governo. A falta de sintonia envolve também a base aliada na Assembleia. O líder do governo, Elizeu Mattos, do PMDB, abandonou a intermediação da greve, frustrado com a hostilidades que diz ter sofrido dos professores nas galerias do Palácio Barriga Verde e com a posição inflexível do grupo gestor. O presidente Gelson Merisio, do DEM, entrou em cena pela reabertura das negociações, credenciado pelos líderes, fez contatos importantes nos bastidores, tudo em esforço para construir uma saída e ver terminada a greve. Movimentos que se limitaram ao *backstage*, mas que já produziram ciúmeira dentro do governo e da base.

Um cenário intrincado que se agravou com a crise no sistema prisional e a sofrível atuação da secretária de Justiça, Ada de Luca. As principais lideranças do PMDB – o presidente Eduardo Moreira, vice-governador, e o deputado Moacir Sopelsa, vice-presidente da Assembleia à frente – lançaram notas e fizeram discursos em defesa da secretária, sem que, publicamente, alguém tivesse pedido sua exoneração. Em Brasília, o senador Luiz Henrique fazia a defesa da ex-adversária, a ministra Ideli Salvatti, fortalecendo a blindagem para que não fosse convocada a prestar depoimento sobre o escândalo dos aloprados. Curiosamente, até agora nenhum líder do PMDB veio a público para defender os atos de Colombo nesta desgastante greve. E, a rigor, nem o PMDB, nem os aliados e sequer os correligionários vieram socorrê-lo.



CLIPPING

| | | |
|---|----------------------------|-----------------------|
| Veículo: Notícias do Dia | Editorial: Política | Data: 30/06/11 |
| Assunto: Pagar dias parados é um absurdo | | Página: 09 |

Pagar dias parados é absurdo

Greve. Governo recorre da decisão de juiz de primeira instância a favor do Sinte

FLORIANÓPOLIS — O procurador-geral do Estado, Nelson Serpa, informou ontem que vai recorrer da decisão do juiz Hélio do Valle Pereira, de mandar o governo repor os descontos dos dias parados aos professores grevistas. Ele falou ontem com o governador Raimundo Colombo.

Segundo Serpa, o governo vai recorrer ao Tribunal de Justiça contra a liminar de primeiro grau. O governo considera “um absurdo” pagar os dias parados, especialmente na área educacional. Entende que o pagamento pode ser feito, mas com a garantia da reposição para não prejudicar os alunos. “Trata-se de um precedente muito perigoso”, destacou Serpa.

Apesar desta manobra jurídica, os profes-

sores estaduais aos poucos começam a retornar às escolas, depois de 44 dias de paralisação das atividades. O motivo pode ter sido os cortes salariais feitos na folha de pagamento dos profissionais que aderiram à greve no Estado.

A Secretaria de Estado da Educação garante que adesão chega a 46% em Santa Catarina. Em Lages, por exemplo, levantamentos mostram que 80% dos professores já abandonaram o movimento.

As escolas Irineu Bornhausen e a Pero Vaz de Caminha, situadas na parte continental de Florianópolis, não tiveram as atividades paralisadas durante a greve, pelo baixa adesão. Na primeira, em um total de 45 professores, apenas três aderiram, e ainda não retornaram às aulas.



ADESÃO

Levantamento da Secretaria da Educação diz que só 46% dos professores estão em greve

Reposição das aulas começa a ser discutida

As escolas ainda não fizeram calendário de reposição das aulas e não têm previsão para analisar como as matérias perdidas poderão ser vistas pelos alunos. O chefe de gabinete da SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional), Luiz Antonio Grocoski explica que assim que a greve terminar os colégios

receberão encaminhamentos da secretaria. “As instituições que já voltaram estão modificando o calendário e começando a repor os conteúdos, criando alternativas próprias. Mas a secretaria vai emitir orientação geral para fazer a reposição. Todas precisam cumprir os 200 dias letivos”, complementa.



CLIPPING

| | | |
|--|-------------------------|-----------------------|
| Veículo: Notícias do Dia de Joinville | Editoria: Cidade | Data: 28/06/11 |
| Assunto: Um varal de contracheques na praça | | Página: 08 |

Um varal de contracheques na praça

Expor os contracheques com descontos num varal na praça Nereu Ramos, no Centro, foi a forma encontrada pelo Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina) Joinville para protestar no 41º dia de greve. Sem conseguir que o governo do Estado aceite repassar o reajuste salarial com base no atual plano de carreira da categoria, os servidores em greve tiveram uma redução drástica no salário de junho. Em média, os salários recebidos no mês variam entre R\$ 300 e R\$ 700, de acordo com os dias em que cada servidor ficou parado.

Hoje, a Justiça deve se posicio-

nar sobre o pedido de liminar do Sinte que contesta os descontos do mês de junho. De acordo com Clarice Erhardt, coordenadora do Sinte Joinville, a categoria aceita os descontos de maio, mas se recusa a ter a folha reduzida drasticamente num mês que ainda nem acabou. "Não se pode descontar os dias de junho no próprio mês. Na semana passada, o governo sinalizou que retornaria à negociação, mas até agora não colocou isso na prática", acrescenta Clarice.

Clarice Erhardt teve 13 dias descontados do mês de maio e dez do mês de junho e recebeu R\$ 438,65 neste mês.

A professora de história Luci-

lene Gaspar do Amaral, 53 anos, também teve o salário reduzido drasticamente por estar na greve desde o primeiro dia. Mesmo assim, não pensa em desistir do movimento. "Eu aderi pela falta de respeito. Não respeitam nosso plano de carreira e dão mais vantagens para o professor que está começando, que acabou de sair do segundo grau", lamenta. Servidora há dez anos, ela também observou os contracheques dos colegas e contestou a tabela do Estado que institui o novo salário a partir de R\$ 1.483.



CLIPPING

| | | |
|---|----------------------------|-----------------------|
| Veículo: A Notícia | Editoria: AN.Estado | Data: 30/06/11 |
| Assunto: Governo não pode descontar dias parados | | Página: 18 |

Governo não pode descontar dias parados

O governo do Estado não pode mais descontar os dias parados dos professores em greve. Esta foi a decisão do juiz Hélio do Valle Pereira, divulgada, ontem, em relação à ação ingressada pelo Sindicatos dos Trabalhadores em Educação (Sinte), na semana passada. Ele também determinou que seja rodada, em até três dias, uma folha suplementar pagando o que foi abatido até então – de 19 de maio a 10 de junho. A procuradoria-geral do Estado recorreu ontem a liminar.

Como o governo foi notificado, os prazos estão valendo. O procurador-geral do Estado, Nelson Serpa, protocolou o recurso no TJ. O desembargador poderá negar a liminar ao Estado, conceder ou ainda pedir que o Sinte se manifeste.

O recurso não tem efeito suspensivo. Por enquanto, o Estado precisa pagar os dias descontados em até três dias. Apenas se o desembargador julgar o pedido do governo antes deste prazo, não será preciso rodar a folha suplementar.

O advogado do Sinte, Marcos Rogério Palmeira, acha difícil que a liminar seja concedida ao Estado em até três dias.

Um grupo de professores está acampado em frente à Assembleia Legislativa e outro em frente à Secretaria da Educação. Os manifestantes prometem ficar reunidos enquanto houver greve.



CLIPPING

| | | |
|--|------------------------|-----------------------|
| Veículo: Jornal de SC | Editoria: Geral | Data: 23/6/11 |
| Assunto: Greve – Categoria e governo se reúnem hoje | | Página: Online |

GREVE

Categoria e governo se reúnem hoje

Depois de ser cancelada ontem, a reunião entre governo e professores pode ser marcada para hoje. Isso vai depender do resultado do encontro do governador Raimundo Colombo com o grupo gestor, nesta manhã, em Florianópolis. A expectativa é que desta reunião possa sair uma decisão sobre a reivindicação dos docentes. Um novo encontro entre governo e representantes do Sinte não foi confirmado pelo governo.

– Acredito que qualquer movimento a partir de agora tenha que ser feito com bastante cautela. É difícil dizer o que pode acontecer amanhã (hoje). É melhor aguardar o encontro com o grupo gestor – ressaltou o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps.

Ele ainda explicou que a reunião de ontem foi cancelada porque eles consideraram melhor esperar o retorno do governador, que estava em viagem no Extremo-Oeste. Ele chegou ontem à noite a Florianópolis. A coordenadora estadual do Sinte, Alvetê Bedin, também aguardava, até a noite de ontem, a confirmação de um novo encontro.



CLIPPING

| | | |
|--|------------------------|-----------------------|
| Veículo: Jornal de SC | Editoria: Geral | Data: 23/6/11 |
| Assunto: Greve – Estado roda nova folha | | Página: Online |

GREVE

Estado roda nova folha

Justiça determina que governo não pode descontar os dias parados dos professores

FLORIANÓPOLIS - O governo não pode mais descontar os dias parados dos professores em greve. Esta foi a decisão do juiz Hélio do Valle Pereira, divulgada ontem, em relação à ação ingressada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) semana passada. Ele também determinou que seja rodada, em até três dias, uma folha suplementar pagando o que foi abatido até então de 19 de maio a 10 de junho. A procuradoria-geral do Estado recorreu ontem mesmo da liminar.

Como o Estado foi notificado da decisão, os prazos estão valendo. O procurador geral do Estado, Nelson Serpa, protocolou, ontem, o recurso no Tribunal de Justiça. O desembargador poderá negar a liminar ao Estado, conceder ou ainda pedir que o Sinte se manifeste. O recurso não tem efeito suspensivo. Por enquanto, o Estado precisa pagar os dias descontados em até três dias. Apenas se o desembargador julgar o pedido do governo antes deste prazo, não será preciso rodar a folha suplementar.

– Entendemos que se houver a devolução do dinheiro, não haverá reposição de aulas e os maiores prejudicados serão os alunos. Isso seria um prejuízo irreparável para eles – observou Serpa.

O advogado do Sinte, Marcos Rogério Palmeira, acha difícil que a liminar seja concedida ao Estado em até três dias.

– Não devemos ter esse retorno tão rápido. Também não acredito que o Tribunal irá aceitar o pedido do governo – observou.

Para a coordenadora estadual do Sinte, Alvetete Bedin, a decisão foi uma vitória.

– Ela só veio mostrar que a nossa greve é legal – ressaltou.

julia.antunes@diario.com.br

JÚLIA ANTUNES LORENÇO



CLIPPING

| | | |
|---------------------------------|------------------------------|-----------------------|
| Veículo: Notícias do Dia | Editoria: Paulo Alceu | Data: 30/06/11 |
| Assunto: MP e Reunião | | Página: 02 |

MP

Na terça-feira, a Comissão de Justiça avalia a inconstitucionalidade ou não da MP 189, que trata dos professores. Como carrega regência de classe poderá ser derrubada. Sendo assim ingressa o Projeto de Lei Complementar nos mesmos moldes da MP, que deve ser votado até o dia 18 para garantir a folha de julho.

Reunião

Hoje, os secretários envolvidos nas negociações com os professores apresentam ao governador Raimundo Colombo todos os cruzamentos produzidos nas últimas conversas com o Sinte. Embora a decisão já tenha sido tomada, com base nas imposições de caixa, a última palavra é do governador. Difícil alguma mudança além dos R\$ 22 milhões comprometidos, mas entre um dia e outro sempre há uma noite.



E a vida segue

A regência de classe só será discutida no ano que vem. É o que diz o governo. Mas no ano que vem tem um aumento de 20% do piso. Ihhh... regência adiada para 2013?

CLIPPING

| | | |
|---|------------------------------|-----------------------|
| Veículo: Notícias do Dia | Editoria: Paulo Alceu | Data: 30/06/11 |
| Assunto: Uma nova etapa, com nobreza | | Página: 02 |

Uma nova etapa, com nobreza...

A reunião de terça-feira à noite, reabrindo as negociações entre governo e o Sinte, foi ardida e encardida. Ontem uma notícia boa: A Justiça determinou o pagamento dos dias parados. Mais uma derrota do governo. Embora haja uma sinalização de que a greve esteja se esvaziando, o ideal seria amarrar um acordo, avalizado pelas duas partes, permitindo pavimentar caminhos futuros com respeito e responsabilidade. Tanto o governo como os professores têm razão no que expõem e explanam. Mas chegou o momento de construir um sentimento de confiança visando romper o impasse. Entendo a posição da categoria que engoliu sapo durante vários anos e sem conseguir unir a classe teve que ceder e amargar ações do governo

contra o piso, que acabaram derrotadas. Pois é, por que acreditar agora que será melhor no ano que vem? O governo que está aí não assumiu em janeiro e sim há oito anos e seis meses. Os professores mostraram força e unidade; que não se via faz tempo. Quem sabe agora o ideal seria dar um passo atrás e construir conquistas futuras, formando uma comissão específica com reuniões semanais até concretizar acordos de fortalecimento e reconhecimento da profissão. Tudo bem, um cheque em branco para o governo. Mas com um detalhe, tendo a população como fiscal do processo. Essa interminável queda-de-braço está afetando muito mais os alunos, além desgastar o movimento por mais justo e legal.



CLIPPING

| | | |
|---|---------------------------|---------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Roberto Azevedo | Data: 30/6/11 |
| Assunto: Colombo e o apoio da base/Reação/De frente para o problema | Página: 10 | |

Colombo e o apoio da base

O governador Raimundo Colombo tem razões para questionar o apoio que recebe de sua base aliada na Assembleia Legislativa, que, neste instante, vai além dos projetos aprovados e precisa de um caráter institucional ao cargo. Com raríssimas exceções do líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), instado a se manifestar em assuntos pontuais como a greve dos professores e a recente fuga de presos do centro de triagem da penitenciária de Florianópolis, os momentos mais críticos da atual administração têm sido rebatidos sem muita ênfase pelos 31 parlamentares, maioria acachapante em um universo de 40 deputados estaduais.

O termômetro está na diferença da ostensiva manifestação de solidariedade à deputada Ada

de Luca, secretária de Justiça e Cidadania, feita, ontem, pelo PMDB. Em pronunciamento, Moacir Sopelsa (vice-presidente da casa), com direito a aparte de Elizeu, liderou forte defesa à posição de Ada, não exatamente à do governo. Hoje, o líder Manoel Mota promete reforçar o incondicional apoio à colega.

Um dia antes, Joares Ponticelli (PP) havia bradado contra o modelo descentralizador e pedia a extinção de, no mínimo, 50% das 36 secretarias regionais como forma de garantir caixa para o Centro Administrativo – as regionais ao todo consomem mais R\$ 500 milhões por ano. Ponticelli foi aplaudido por um grupo de professores, que assistia à sessão na sala contígua ao plenário.

A regra de certa indiferença se alastra pela bancada do DEM, futura do PSD, e entre os tucanos.

Ressalva feita a esporádicos atos de lealdade, alguns deles sinalizados pelo presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio, que, por razões constitucionais, mantém a independência entre os poderes. Há razões políticas para a equidistância? Talvez, motivadas pela véspera das eleições municipais e diante da impopularidade que seria defender o governo em uma greve de professores estaduais com um argumento justo, com reflexos nas bases dos parlamentares. De fato, o movimento positivo se deu no Legislativo ter assumido a condição de negociador em meio ao impasse do processo reivindicatório. Agiu na retirada das MPs e do Fundeb da base de cálculo da Receita Líquida Disponível. No mais, não se ouvem vozes ou atos que abonem o governo diante das recentes crises.

DE FRENTE PARA O PROBLEMA

O governador Raimundo Colombo esteve frente a frente com os professores em greve em várias oportunidades na visita ao Extremo-Oeste, como neste encontro em Dionísio Cerqueira. Conversou com os educadores, com os pais de alunos e até com os estudantes. Sustentou os mesmos motivos que geram o impasse nas negociações com o Sinte há 44 dias. Hoje, o governador se encontra com o grupo gestor, que estaria dividido em um ponto nevrálgico: o retorno dos patamares de 25% e 40% de regência de classe. A decisão caberá a Colombo. Um passo em direção ao fim da greve ou a continuidade de um embate que já provoca desgastes dos dois lados da questão.

Reação

O procurador-geral do Estado, Nelson Serpa, informou que o Estado deverá contestar a liminar concedida pelo juiz Hélio do Valle Pereira, da 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que aceitou um dos três pedidos do Sinte em ação proposta na semana passada.

Para Serpa, a manutenção da decisão, que determina ao Estado não descontar os dias parados e rodar, em três dias, uma folha suplementar, abre precedente "perigoso". Além disso, o procurador explica que o pagamento por serviço não prestado na área pública não se sustenta.

"Contestar a decisão é um aspecto, e a negociação com os professores é outro."

NELSON SERPA,
procurador-geral do Estado,
ao explicar que a defesa do desconto dos dias parados não atrapalha as conversas entre governo e Sinte.



CLIPPING

| | | |
|------------------------------------|------------------------------------|----------------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Informe Econômico | Data: 30/6/11 |
| Assunto: Fiesc e Fundeb, | | Página: 20 |

Fiesc e Fundeb

O presidente da Fiesc, Alcantaro Corrêa, encaminhou ofício ao governador Raimundo Colombo declarando apoio à tese de desvincular a arrecadação carimbada do Fundeb da Receita Líquida Disponível (RLD), sobre a qual é calculado o repasse aos poderes. A sugestão foi para a avaliação do secretário da Fazenda, Ubiratan Rezende (foto).



Para a Fiesc, a medida permitiria um incremento da capacidade financeira do Estado, contribuiria para a competitividade das empresas e pela maior transparência da gestão pública.

| | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Diário do Leitor | Data: 30/6/11 |
| Assunto: Desmoralização | | Página: 44 |

Desmoralização

Este governo está desmoralizado mesmo. Depois de várias fugas de detentos da penitenciária e do não cumprimento da lei nos salários dos professores, ocasionando uma das maiores greves já ocorrida no Estado, agora, o governo foi obrigado pela Justiça a devolver os descontos indevidos dos dias parados. Que tristeza.

*A Edir V. R. Vidal
Florianópolis*

| | | |
|------------------------------------|--------------------------------|----------------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Cacau Menezes | Data: 30/6/11 |
| Assunto: Piada pronta | | Página: 47 |

Piada pronta

Desde que assumiu, o secretário da Educação, Marco Tebaldi, parece arco-íris: só é visto de vez em quando. Na paralisação dos professores, então, nem aparece. No blog do Cacau, no DC, o desaparecimento de Tebaldi já virou piada: "O secretário também entrou na greve!". Dizem as más línguas que, na terça-feira, foi visto batendo panela na passeata dos grevistas.



CLIPPING

| | | |
|---|-------------------------|-----------------------|
| Veículo: Notícias do Dia | Editorial: Geral | Data: 30/06/11 |
| Assunto: Menos analfabetos em SC | | Página: 29 |

CENSO

Menos analfabetos em SC

FLORIANÓPOLIS — Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aponta que a taxa de analfabetismo no Estado diminuiu de 5,17%, em 2006, para 3,86%, em 2010. As informações estão sendo divulgadas pelo Instituto durante toda semana.

O município mais alfabetizado continua sendo São João do Oeste, com 1,04% de pessoas que não sabem ler e escrever. Balneário Camboriú passa a ocupar o segundo lugar, com 1,50%, e Pomerode o terceiro, com 1,68% de analfabetos.

“Com 3,86%, o Estado seria merecedor do selo de Estado livre de analfabetismo, pois o Ministério da Educação, em 2007, instituiu os municípios livres de analfabetismo aqueles que apresentassem uma taxa abaixo de 4%”, comemora o assessor de Análise Estatística da Secretaria de Estado da Educação, Edson Dirksen.

O Estado passou para 58 o número de municípios livres de analfabetismo, ou 20% dos municípios catarinense em 2010, segundo o IBGE.



POSITIVO

Em 2000, eram 16 municípios catarinenses sem analfabetos, conforme o mesmo estudo



CLIPPING

| | | |
|--|--------------------|---------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Política | Data: 30/6/11 |
| Assunto: Repasses – TJSC apresenta novo cálculo ao governo | | Página: 14 |

REPASSES

TJSC apresenta novo cálculo ao governo

Tribunal de Justiça avalia qual é o tamanho da fatia que pode abrir mão

NATÁLIA VIANA

As negociações envolvendo os percentuais dos poderes pode ter um novo capítulo hoje. O Tribunal de Justiça finalizou os cálculos e deve apresentar uma resposta ao governo.

Na segunda-feira, a Secretaria da Fazenda fez uma sugestão de percentuais aos poderes, reduzindo o valor a que cada um terá direito a partir de 2012 para reforçar o caixa do Estado.

Segundo o assessor especial da presidência do TJSC, Luiz Felipe Schuch, o corpo técnico do Judiciário estudou a proposta do governo para analisar qual tamanho da fatia que poderia abrir mão do orçamento.

A contraproposta do Tribunal de Justiça deve ser discutida hoje com o governador e, também, com os demais chefes de poderes. Com a no-

GELSON MERISIO
Presidente da Assembleia

“
O Judiciário e o Ministério Público estão conversando com o governo e estamos acompanhando este debate.”

tícia de que os deputados estaduais haviam apresentado uma emenda coletiva retirando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) da base de cálculo, o Judiciário também passou a analisar este cenário.

– Estamos tentando ajudar naquilo que é possível e responsável fazer, porque não queremos é amanhã ter que procurar o governo para pe-

dir suplementação para pagar folha – afirma Schuch.

A ideia entre os poderes é chegar a um consenso até amanhã. Qualquer mudança com relação aos percentuais precisa ser feita até a próxima quarta, quando o deputado Gilmar Knaesel (PSDB) deve apresentar o relatório final da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A LDO precisa ser votada em plenário antes do recesso parlamentar, que começa no dia 16 de julho. Para o presidente da Assembleia, Gelson Merisio, a questão será resolvida na próxima semana.

– O Judiciário e o Ministério Público estão conversando com o governo e estamos acompanhando este debate. Se a negociação estiver de acordo com o que pensa a Casa, não teremos dificuldades para aprovar a proposta – afirma Merisio.



CLIPPING

| | | |
|---|-------------------------|-----------------------|
| Veículo: Nota 10 | Editoria: Brasil | Data: 30/6/11 |
| Assunto: Oferta de bolsa-formação pode ter recursos de até R\$2 bilhões,m diz Haddad | | Página: online |

Oferta de bolsa-formação pode ter recursos de até R\$ 2 bilhões, diz Haddad

O ministro da Educação, Fernando Haddad, disse na quarta-feira (29), em Brasília, que até R\$ 2 bilhões podem ser destinados à oferta de bolsas-formação para estudantes do ensino profissionalizante. Em audiência na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o ministro discutiu a importância do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

As bolsas destinam-se a cobrir os custos referentes ao curso e aos valores necessários para transporte e alimentação dos estudantes. No caso dos alunos que frequentam cursos em instituições de ensino estaduais, municipais ou do Sistema S (Senai, Senac, Sesi, Sesc e outros), a União pode transferir diretamente as bolsas às escolas, sem necessidade de convênio ou contrato.

Garantir ao jovem o ensino médio integral é um dos objetivos do programa. O Projeto de Lei nº 1.209/11, que tramita em regime de urgência no Congresso Nacional, autoriza o Ministério da Educação a lançar edital de oferta das bolsas às secretarias estaduais de educação. Com elas, o estudante de escolas públicas poderá, no turno oposto aos das aulas regulares, frequentar cursos profissionalizantes.



CLIPPING

| | | |
|---|-------------------------|-----------------------|
| Veículo: Nota 10 | Editoria: Brasil | Data: 30/6/11 |
| Assunto: Projeto se distingue por foco na valorização do professor | | Página: online |

Projeto se distingue por foco na valorização do professor

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) lançou na terça-feira (28), um banco de dados com todas as emendas apresentadas ao projeto de lei 8035/2010, que trata do Plano Nacional da Educação (PNE). A ferramenta visa facilitar a pesquisa das emendas ao organizá-las por autoria, tipo, artigos, metas e estratégias.

O número de emendas apresentadas ao projeto já totaliza 2.905 – um recorde na história da Câmara dos Deputados. Para a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Maria do Pilar Lacerda, que participou do lançamento do banco de dados, a quantidade de emendas indica o interesse da sociedade pela organização da educação.

Segundo Maria do Pilar, o eixo formação e valorização do professor é um grande diferencial do PNE que tramita na Câmara e terá vigência até 2020.

Atualmente, o PNE tramita em comissão especial, criada exclusivamente para tratar do assunto, que tem caráter terminativo. Ou seja, a princípio, após aprovado na comissão, o texto pode seguir diretamente para o Senado Federal.

Confira o [banco de dados](#) com as emendas ao PNE.



CLIPPING

| | | |
|--|---------------------------|-----------------------|
| Veículo: O Estado de São Paulo | Editoria: Educação | Data: 29/06/11 |
| Assunto: No Brasil, metade dos alunos não tem acesso a computador | | Página: Online |

No Brasil, metade dos alunos não tem acesso a computador

Entre 65 países avaliados, apenas 10 estão em situação pior que a brasileira, indica levantamento do Pisa

Metade dos estudantes brasileiros está "desconectada" e o País soma uma década de atraso em relação aos países ricos no que se refere ao acesso a computadores e internet. Se não bastasse, as escolas brasileiras estão entre as piores em relação ao contato dos alunos com a informática, o que pode comprometer a formação de milhares de jovens.

Esse é o resultado do primeiro levantamento do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) para analisar a relação entre os sistemas de ensino e a tecnologia. Segundo o documento, elaborado com dados de 2009 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as escolas brasileiras não estão equipadas e o Brasil é o último em uma lista de 38 países avaliados em relação ao número de computadores por alunos na escola.

"O aprendizado do uso do computadores é primordial para o futuro desses jovens. Estudos mostram que pessoas com conhecimento de informática têm 25% mais de chance de encontrar um trabalho", disse Sophie Vayssettes, pesquisadora responsável pelo levantamento, que mediu o acesso ao computador de um estudante de 15 anos em várias partes do mundo.

De um total de 65 países avaliados, apenas 10 estão em situação pior que a do Brasil. Alunos da Romênia, Rússia e Bulgária contam com mais acesso à tecnologia que os brasileiros. No País, em média, 53% dos estudantes de 15 anos têm computadores em casa. Há dez anos, a taxa era de 23%. Apesar do avanço, os números ainda são inferiores à média dos países ricos. Na Europa, EUA e Japão, mais de 90% dos estudantes têm computador. O acesso no Brasil é hoje equivalente ao na Europa no ano 2000.

O estudo aponta ainda a desigualdade do acesso à informática no Brasil. Entre os mais ricos, 86% têm computador e internet em casa - taxa equivalente a dos alunos de países ricos. Entre os mais pobres, apenas 15% têm as ferramentas em casa.

PARA ENTENDER

Prova avalia leitura de textos na internet

Saber ler e calcular já não basta. O Pisa avaliou pela primeira vez a leitura digital de estudantes, para examinar a capacidade de "acessar, administrar, integrar e avaliar a informação" na internet. Ou seja, analisou a capacidade dos jovens de construir novos conhecimentos a partir de textos eletrônicos.

Apenas 19 países participaram - o Brasil não entrou por causa do baixo número de computadores nas escolas. Os que melhor se saíram foram os alunos sul-coreanos, seguidos pelos da Nova Zelândia, Austrália, Japão, Hong Kong, Islândia e Suécia.



CLIPPING

| | | |
|--|---------------------------|-------------------------|
| Veículo: G1 | Editoria: Educação | Data: 29/06/2011 |
| Assunto: Dilma quer que Pronatec incorpore direitos dos deficientes, diz Haddad | | Página: Online |

Dilma quer que Pronatec incorpore direitos dos deficientes, diz Haddad

Projeto do governo prevê investimentos no ensino técnico no país.
Ministro da Educação participou de audiência na Câmara dos Deputados

O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira (29) que a presidente Dilma Rousseff "determinou" que sua pasta "sinalizasse positivamente" para que o Congresso incorpore o direito das pessoas com deficiência ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Ele participou de audiência pública na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

"Conversei semana passada com a presidente e ela determinou, quando soube das emendas que estavam sendo criadas para o projeto, que o ministério nesta audiência sinalizasse positivamente para incorporação dos direitos das pessoas com deficiência neste programa, disse o ministro. "Ela quer que o Pronatec também tenha um dispositivo que garanta um atendimento adequado aos deficientes nos moldes do programa"

Para a deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), que é cadeirante e participou da audiência, o pedido da presidente é um grande avanço para a qualificação profissional dos deficientes físicos. "Nós não estamos pedindo cota. As empresas estão levando muitas multas por não contratarem profissionais deficientes, mas porque eles não estão encontrando público capacitado. Hoje o cenário é caótico, já que a empregabilidade deste público caiu, desde 2008, 17%", destacou a parlamentar.

Haddad informou ainda que a previsão do governo é de investir aproximadamente R\$ 2 bilhões na oferta de bolsas-formação para os alunos do ensino profissionalizante até 2012. "Nós vamos consignar no orçamento do ano que vem, já que não temos uma reserva para este ano, se a lei for aprovada a tempo", completou o ministro, que também destacou não haver atualmente previsão dos custos totais do projeto.

De acordo com ele, a proposta do Pronatec é reforçar os investimentos no ensino técnico, com ênfase nos jovens que deixam o ambiente escolar sem profissionalização. "Eu sou fã incondicional da nossa rede federal de educação profissional, mas nossa dívida com a educação é grande e de um século", defendeu Haddad.

Pronatec tramita na Câmara

O Projeto de Lei que trata do programa (1209/11), tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados e, se for aprovado pelo plenário, segue para votação no Senado.



O programa tem como objetivo ampliar as vagas e expandir as redes estaduais de educação profissional. Outra ação será a ampliação da Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec), modalidade a distância, que instalou 259 polos em 19 estados até 2010, atendendo a cerca de 29 mil estudantes. Em 2011, serão mais de 47 mil vagas; 77 mil em 2012; mais de 197 mil em 2013 e cerca de 263 mil em 2014.

Segundo o governo, a ideia é “dar mais celeridade” ao acordo firmado no governo anterior com o Sistema S (Sesi, Senai, Sesc e Senac), segundo o qual essas entidades devem aplicar dois terços de seus recursos advindos do imposto sobre a folha de pagamentos do trabalhador na oferta de cursos gratuitos.

Dessa forma, as escolas do Sesi, Senai, Sesc e Senac receberão alunos das redes estaduais do ensino médio, que complementarão a sua formação com a capacitação técnica e profissional.

As escolas do Sistema S e das redes públicas também ofertarão cursos de formação inicial e continuada para capacitar os favorecidos do seguro-desemprego, reincidentes nesse benefício. A ação se aplicará também ao público beneficiado pelos programas de inclusão produtiva, como o Bolsa Família.

Clipping

CNTE

Detentos que estudarem poderão reduzir pena

- ✦ Data: 30/06/2011
- ✦ Veículo: ÚLTIMO SEGUNDO
- ✦ Editoria:
- ✦ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Presidenta Dilma altera Lei de Execução Penal para que 12 horas de estudo diminuam um dia de detenção

Notícia anterior Quinta-feira é de tempo instável e chuva no Norte e Sul do Brasil

Próxima notícia Detentos que estudarem poderão reduzir pena

Uma alteração na Lei de Execução Penal, publicada nesta quinta-feira, no Diário Oficial da União, possibilita que condenados reduzam sua pena ao estudar. A alteração, assinada pela presidenta Dilma Rousseff, pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, estabelece que a cada 12 horas de estudo - atividades de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, superior ou requalificação profissional - o detento reduza um dia de sua pena.

Essas 12 horas de estudo devem estar divididas em no mínimo três dias e podem ser praticadas presencialmente ou na modalidade a distância. A lei vale para condenados em regime fechado, semi-aberto, aberto e em liberdade condicional. Nos últimos três casos, é possível estudar fora da instituição penal e obrigatório apresentar mensalmente comprovantes de frequência e aproveitamento escolar.

Em caso de conclusão de alguma das etapas da educação (ensino fundamental, médio ou superior) durante o cumprimento da pena, o detento terá o direito de abater da pena mais um terço em função das horas estudadas, desde que certifique a conclusão pelo órgão competente do sistema de educação.

A alteração na Lei de Execução Penal mantém a possibilidade da redução da pena por trabalho. Neste caso, três dias de jornada reduzem um dia de pena.



CLIPPING

| | | |
|--|-----------------|---------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Geral | Data: 30/6/11 |
| Assunto: Rede municipal de Itajaí – Frio chega antes dos uniformes | | Página: 34 |

REDE MUNICIPAL DE ITAJAÍ

Frio chega antes dos uniformes

Alunos ainda aguardam receber as roupas de inverno. Kit, que já deveria estar com os estudantes, só será entregue em agosto

Itajaí

DAGMARA SPAUTZ

As 27 mil crianças das escolas da rede municipal de ensino de Itajaí ainda aguardam a chegada dos uniformes de inverno. Ontem, sob chuva e um frio de 8°C, os alunos precisaram de casacos comprados pelos pais ou doados por entidades assistenciais para não passarem frio.

De acordo com a Secretaria de Educação, as calças e jaquetas que compõem o kit de inverno só serão entregues em agosto. A licitação para a compra dos uniformes foi aberta em fevereiro, após o início das aulas. Atendendo uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), a prefeitura optou por diferentes concorrências para cada peça do kit, o que, segundo o secretário de Educação, Edison Dávila, teria deixado o processo mais demorado.

A maioria das peças foi entregue em maio. O prazo para a entrega dos agasalhos, porém, era até esta terça-feira. Ontem, representantes da Vida Importação e Representação, de Florianópolis, empresa que venceu a licitação, informaram que só poderiam entregar as peças no final de julho.

– Tivemos atraso na definição da cor para o tingimento dos uniformes – justificou o diretor da empresa, Ho-

mero da Costa Araújo.

No Centro Educacional Municipal Professor Cacildo Romagnani, que fica no loteamento Promorar, Bairro São Vicente, o que se via ontem, na saída da aula, era um festival de roupas coloridas. Para os pais, a falta do uniforme significa um gasto a mais. Mãe de três crianças, Indianara Simão, 26 anos, diz que os filhos acabam gastando as roupas compradas pela família para irem à escola.

– Como vou mandar as crianças à escola de bermuda e camiseta? Acabam vindo com as roupas boas, que se estragam, mancham e rasgam.

O secretário de Educação diz estar ciente do problema. Por isso, orientou as professoras a fornecerem aos alunos as roupas que estão sendo arrecadadas pela campanha do agasalho do município.

dagmara.spautz@santa.com.br